
O Ensino de Física e as Políticas Públicas da Educação Inclusiva: o que se tem feito?

Carvalho Ferrasa, Ingrid Aline¹ & Telles Bueno, Michele²

Categoria 2. Trabalho de investigação concluído

Linha de Trabalho: As relações entre Educação em Ciências, diversidade, inclusão, multiculturalismo e gênero.

Resumo

Como a legislação brasileira guarda o direito a uma educação de qualidade para todo e qualquer indivíduo, este trabalho apresenta um panorama sobre as políticas públicas da Educação Inclusiva (EI) e o Ensino de Física (EF), buscando as contribuições efetivas dos documentos no tocante à realidade encontrada nas escolas brasileiras. Neste aspecto, apresenta-se uma caracterização e análise dos trabalhos publicados no Encontro de Pesquisa em Ensino de Física (EPEF) entre 1994-2014. Os resultados apontam lacunas existentes entre o que pregam as políticas públicas da EI e o que se tem feito *no e para* o EF. Da educação básica ao nível superior, os aportes teórico-conceituais distanciam dos documentos de ordem legal, evidenciando a interação falha entre o que pregam as políticas públicas e a realidade dos professores no trabalho com a EI.

Palavras-Chave: Políticas públicas, Educação Inclusiva, Ensino de Física.

Introdução

A existência de políticas públicas para a EI é uma condição para se compreender o significado, medidas e dimensão necessárias para a efetivação do direito à educação.

Logo, este trabalho objetiva analisar e caracterizar os trabalhos publicados nos EPEFs entre 1994-2014, direcionados ao EF na EI, buscando responder a seguinte situação-problema: qual ou quais aproximações e distanciamentos da

¹ SEED-PR - Secretaria do Estado de Educação do Paraná, idyni@hotmail.com

² SMEC – Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Carambeí, telles.ms@hotmail.com

implementação das políticas públicas da Educação Inclusiva *para e no* Ensino de Física?

Marco Teórico

O poder público brasileiro, ainda em 1950 não direcionava aos portadores de necessidades educacionais especiais, políticas apropriadas. O avanço ocorreu em 1970 devido possivelmente, à ampliação do acesso a escola pela população (MAZZOTTA, 1994). Desde então, seguindo o princípio de "integração escolar" somente na década de 1990 surge um novo discurso político em defesa da EI no Brasil.

Um ano após a implementação da Constituição Federal de 1988, a Lei 7.853 de 24 de outubro de 1989 em seu art. 1º, passa a assegurar os direitos individuais e sociais para os portadores de deficiências, e, no art. 2º, remete ao Poder Público à obrigação em garantir aos mesmos direito à educação, saúde, trabalho, lazer, previdência social, à infância e à maternidade. Alguns anos depois, o país também firma compromisso internacional junto a Organização das Nações Unidas (ONU), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), ao Banco Mundial e à Declaração de Salamanca, aumentando sua aliança neste aspecto.

Mais tarde, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) - Lei 9.394/96, capítulo V, art. 58, passa abordar à educação especial como modalidade de educação escolar, oferecida na rede regular de Ensino, para todo e qualquer educando portador de deficiência. Hoje, a definição mais atual para os alunos da educação especial e inclusiva está baseada no art. 3º da Resolução nº 2/2001 do Conselho Nacional de Educação (CNE/CEB), na qual se refere aos mesmos como "[...] os que apresentam necessidades educacionais especiais [...]".

Como as pessoas com necessidades educacionais especiais só receberam atenção junto aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) em 1998, com o documento - *Adaptações Curriculares: estratégias para a educação de alunos com necessidades especiais* (Brasil, 1998), pergunta-se: qual é o sentido da proposta pedagógica da educação especial e inclusiva *para e no* EF?

Ainda no art. 8º da Resolução do CNE/CEB nº17/2001, "cabe as escolas da rede regular de Ensino prever e prover a organização de suas classes comuns",

onde no § 1º incorpora a capacitação e especialização dos professores para isto. Dados do Censo Escolar de 2014 apresentam quase 700 mil inclusos matriculados em classes regulares comuns e o Ministério da Educação revelou em 2015, um aumento de 198% no número de professores com formação em educação especial.

Se por um lado ocorre um aumento de alunos inclusos a cada ano, por outro é necessário questionar como a formação inicial e continuada de professores contempla o trabalho da EI. E ainda, como as políticas públicas com suas delegações norteiam o processo de ensino-aprendizagem na escola regular para este trabalho?

Metodologia

O objetivo esteve em mapear no EF da EI, presente nos anais de 1994 a 2014 (disponíveis na rede) dos EPEFs, de maneira qualitativa – por descrever significados socialmente construídos, como também de maneira quantitativa – em utilizar procedimentos não padronizados (MORALES & MORENO, 1993).

Para isto, identificou-se palavras presentes nos artigos como: portadores de necessidades educacionais especiais, visão, cegos e deficiência - nos campos do título, resumo e palavras-chave. Segundo Ferreira (2002), para analisar resumos de artigos, considera-se a complexidade e heterogeneidade, já que não há um único padrão.

Num segundo momento, analisou-se o corpo do texto do artigo, no sentido de dar a conhecer o que se tem feito no EF na EI e como as Leis dos documentos oficiais se fazem presentes ou não.

Resultados e análises

Os resultados são apresentados no quadro 1 e analisados na seqüência buscando aproximações e distanciamentos entre os documentos públicos e a prática escolar.

Quadro 1 – Trabalhos em EI nos EPEF de 1994-2014

EPEF	Ano	Comunicação Oral	Pôster	Eixo Temático
IV EPEF	1994			
V EPEF	1996			
VI EPEF	1998			
VII EPEF	2000	O olhar do deficiente visual para o EF (n°1)		Didática, Currículo e inovação educacional no EF
VIII EPEF	2002	O EF e os portadores de deficiência visual: aspectos da relação de suas concepções alternativas de repouso e movimento com modelos históricos (n°2)		Ensino/Aprendizagem/Avaliação em Física (EAA em Física)
IX EPEF	2004	EF para alunos com deficiência visual: atividade que aborda a posição de encontro de dois móveis por meio de um problema aberto (n°3) O mundo do silêncio: a percepção do espaço em alunos surdos e ouvintes (n°4)		EAA em Física
X EPEF	2006		Um estudo sobre a formação do professor de Física no contexto das necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência visual (n°5)	Formação e prática do professor de Física (FP do professor em Física)
XI EPEF	2008	Ensino da Lei de Lenz adaptado para a deficiência visual: um experimento com circuito oscilador (n°6) Conceituando corrente e resistência elétrica por meio das sensações e percepções humanas: um experimento		EAA em Física

		para aprendizagem significativa de alunos deficientes visuais (nº7)		
XII EPEF	2010			
XIII EPEF	2011			
XIV EPEF	2012		Identificando dificuldades na descrição de figuras para estudantes cegos (nº8)	EAA em Física
XV EPEF	2014	Deficiência visual e as barreiras de comunicação em Disciplinas de Física do Ensino Superior (nº10)	<p>Aprender a lecionar Física para deficientes visuais (nº9)</p> <p>Experimento com realidade virtual aumentada e o EF para alunos com pouca ou nenhuma visão (nº11)</p> <p>Neurociência cognitiva no processo de aprendizagem de alunos com deficiência visual: desenvolvimento de experimentos com</p>	<p>FP do professor em Física</p> <p>Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente e o EF</p> <p>Física e Comunicação em práticas educativas formais, informais e não-formais</p> <p>Questões teórico-metodológicas e novas demandas na pesquisa em EF</p>

			fluidos para o EF (nº12)	
--	--	--	--------------------------	--

No VII EPEF em 2000, é apresentado o primeiro artigo na área da EI, que se refere ao trabalho do sistema geocêntrico e heliocêntrico com alunos cegos inclusos. Não é possível observar inferências às políticas públicas e a seus desdobramentos no texto, o que não desmerece a iniciativa e o mérito dos autores.

Já o trabalho nº2, apresenta muito bem 47 concepções alternativas diagnosticadas em estudantes cegos sobre a concepção de repouso e movimento dos corpos. Referenciais sobre as concepções de ensino/aprendizagem/avaliação em Física, guiam todo o corpo do texto em relação às políticas públicas.

Já o nº3, aborda o trabalho realizado com efeitos sonoros, enfatizando também a preocupação dos autores quanto à escassez de pesquisas, metodologias e materiais dentro do campo do EF que atendam o deficiente visual. No nº4, o mérito dos autores está no trabalho com o conceito físico de Espaço com alunos surdos inclusos, onde articulam a prática, com as políticas públicas brasileiras, enfatizando a necessidade de estarem conectadas a formação dos professores.

No X EPEF, o trabalho nº5 desvela os principais saberes docentes a serem desenvolvidos pelo professor em formação para elaborar e conduzir atividades com deficientes visuais e videntes. Enfatizam também, coragem e esforços aos licenciandos a desenvolverem formas e métodos de trabalhos, mesmo em condições adversas. Contudo, é necessário lembrar:

“A LDB 9.394/96 deixa claro, [...] Há de assegurar não apenas o acesso, mas a permanência e o prosseguimento do estudo desses alunos e não retirar do Estado, por nenhum motivo, essa obrigação exigindo, postulando o cumprimento das leis, para atender às necessidades educacionais de todos” (MANTOAN, 2006, p. 25).

Mesmo que a LBD garanta o acesso de alunos não videntes no ambiente escolar, quando se observa na prática um trabalho desenvolvido sob condições adversas, este documento passa a confrontar com outras políticas públicas como, por exemplo, à Constituição Federal de 1988.

Já o trabalho nº6 traz um experimento com as Leis de Indução no entendimento da geração, transmissão e utilização da energia elétrica para deficientes visuais. E no nº7, os autores trabalham com materiais de baixo custo propondo atividades para diminuir a diferença entre videntes e não. Os autores fazem uma excelente abordagem às políticas públicas relacionada à deficiência visual e a inclusão. Sistematizam decretos e leis, disponibilizando o artigo como material de apoio para professores que se deparam com a situação-limite.

O trabalho nº8 - XIV EPEF, já menciona às políticas públicas da educação inclusiva no resumo. Os autores trabalham com figuras para a explicação ou resolução de fenômenos. Observa-se neste trabalho um distanciamento quanto ao dever do Estado (Brasil, 1989), pois os autores criticam à falta de material, recursos e capacitação profissional, super-lotação de salas de aula, ausência de salas de apoio e de ledores, dentre outros. Remetem-se aos PCN (Brasil, 1998) como garantia à educação aos cegos.

No XV EPEF em 2014, o trabalho nº9 faz um aporte na LDBEN (1996), com a prática de professores em formação utilizando um software para inclusão. O nº10, os autores se remetem às políticas públicas da educação especial e inclusiva, trazendo as dificuldades que os deficientes visuais passam na educação básica e o reflexo na educação superior. Novamente observa-se na prática quão distantes as políticas públicas se encontram do trabalho docente.

No nº11, os autores utilizam um software com o conceito de quantidade de movimento para alunos com pouca e nenhuma visão. Aproximam a prática desenvolvida com as políticas públicas da EI conforme apresenta a Constituição Federal e a LDB. E o nº12, com base em políticas públicas como a LDBEN (1996), em relação à inclusão de alunos com necessidades especiais em escolas comuns, os autores trabalharam com mérito experimentos sobre Força e Pressão, utilizando preceitos da neurociência cognitiva.

Conhecer como as políticas públicas da EI se apresenta, no tocante ao que se observa na prática educativa, torna possível gerar um panorama com o sentido, discurso e as estratégias necessárias de planejamento e ação.

Dos trabalhos apresentados no EPEF *para o no* EF inclusivo, sete deles se remetem as políticas públicas, mas apenas três questionam e exigem do Estado capacitação, dedicação e estrutura física para o trabalho inclusivo de maneira efetiva, já que os trabalhos desenvolvidos revelam uma prática “possível” dentro da realidade encontrada.

Conclusões

Nos doze trabalhos analisados, em vinte anos de evento no EPEF, se observa na maioria a ausência da responsabilidade/dever/cumprimento do Estado no tocante ao funcionamento das escolas comuns para abrigar, desenvolver e promover uma educação de qualidade para todos. Poucos são os trabalhos que cobram e/ou aportam-na ao Estado. O que se vê na prática escolar inclusiva é o distanciamento da implementação das políticas públicas *no e para* o EF.

Contudo, não tirando a boa intenção da maioria dos professores, em especial do EF, é possível perceber as lacunas existentes entre o que as políticas públicas pregam e a realidade nas quais se trabalha. As pesquisas analisadas se apresentam como “tentativa” para “suporte” ao que se encontra no cotidiano escolar no país, caminhando contra os preceitos da legislação brasileira.

Referências

- Brasil. (1989). Congresso Nacional. Lei 7.853 de 24/10/1989. DOU. Brasília.
- Brasil. (1996). Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. DOU. Brasília.
- Brasil. (1998). Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC.
- Brasil. (2001). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11/11/ 2001. Brasília
- FERREIRA, N. S. (2002). As Pesquisas denominadas *Estado da Arte*. Ed & Soc. nº 79: 257-272
- Mantoan, M. T. (2006). *Inclusão escolar: pontos e contrapontos*. São Paulo: Summus
- Mazzotta, M. J. (1994). *Fundamentos de Educação Especial*. São Paulo: Pioneira
- Morales, M. e Moreno, M. (1993). Problema en el uso de terminos cualitativo/cuantitativo en la investigación. *Investigación en la Escuela*. nº 21: 149-157.